

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 35/XV/ 1.ª SL

Aos 25 dias do mês de janeiro de 2023, pelas 11 horas e 35 minutos, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 33 e 34, respetivamente, de 17 e 18 de janeiro de 2023;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição do Senhor Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, sobre os vínculos precários dos formadores e formadoras do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a contratação de novas prestações de serviços no IEFP.**
4. **Outros assuntos.**

A [reunião](#) foi presidida pelo Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Alfredo Maia, que cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados e deu início aos trabalhos nos seguintes termos:

1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 33 e 34, respetivamente, de 17 e 18 de janeiro de 2023;

As atas identificadas em epígrafe foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do GP da IL.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

Neste ponto, o Senhor Vice-Presidente anunciou a baixa à Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs [388/XV/1.ª \(CH\)](#) — Recomenda ao Governo que proceda à fiscalização das condições laborais dos trabalhadores mercantes e [389/XV/1.ª \(CH\)](#) — Recomenda ao Governo o alargamento da rede nacional de estruturas residenciais, tendo o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) indicado que pretendia ver as iniciativas discutidas em Comissão. Foi também anunciada a baixa do [Projeto de Resolução n.º 398/XV/1.ª \(PSD\)](#) — Recomenda ao governo a realização de um estudo para definir os critérios que



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 35/XV/ 1.ª SL

identifiquem Profissões de Desgaste Rápido bem como a sua regulamentação, em relação ao qual a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) informou que era pretendida a discussão em Plenário.

O Senhor Vice-Presidente prosseguiu anunciando as baixas relativamente aos projetos de lei e solicitando a indicação de Relator, nos seguintes termos:

- [Projeto de Lei n.º 493/XV/1.ª \(BE\)](#) — Reconhece e regulamenta o estatuto profissional da animação sociocultural, foi designada relatora a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD). O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) usou da palavra para declarar que objetivo do GP do BE com aquela iniciativa era o de levar o Parlamento a tomar uma posição quanto à regulamentação de profissões. A este propósito, recordou a [audição](#) em Comissão do Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, ocorrida no dia 30 de novembro de 2022, e o entendimento que expressou sobre que entidade seria responsável pela realização da avaliação prévia de proporcionalidade que antecede a regulamentação de uma profissão, nos termos da [Lei n.º 2/2021, de 21 de janeiro](#). Manifestando a sua posição de que caberia à tutela realizar a referida avaliação, lembrou que o Secretário de Estado tinha feito uma interpretação diferente da lei, defendendo que apenas cabia ao Governo realizar a avaliação quando fosse sua a iniciativa de legislar sobre a regulamentação de uma qualquer profissão e que os Grupos Parlamentares ou mesmo a Assembleia da República podiam realizar o procedimento. Assim, colocando na agenda a discussão do Projeto de Lei n.º 493/XV/1.ª (BE), a Assembleia teria necessariamente de definir a sua posição, objetivo ao qual acrescia, naturalmente, o de dar provimento à reivindicação dos profissionais do setor da animação sociocultural. A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) leu a redação do artigo 11.º da Lei n.º 2/2021, de 21 de janeiro, caracterizando como bizarra a opção legislativa, uma vez que limitava o poder legislativo da Assembleia da República, e salientou a necessidade de proceder a uma alteração que clarificasse a interpretação da lei. Disse, ainda, que, no seu entendimento, era ao Governo que cabia clarificar a questão, contudo, como nem o executivo, nem o Grupo Parlamentar do PS o tinham feito, o Grupo Parlamentar do PSD iria apresentar uma iniciativa. Sem prejuízo, expressou as suas dúvidas sobre a possibilidade de discutir e votar o Projeto de Lei n.º 493/XV/1.ª (BE), sem que tivesse sido emitido parecer pela DGERT e realizado



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 35/XV/ 1.ª SL

o estudo de avaliação prévia. O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) sugeriu que fosse dirigido um pedido de esclarecimento ao Governo no sentido de saber se, quanto aquela matéria, seria adotada qualquer diligência, por forma a permitir à Assembleia da República adotar uma posição mais esclarecida, proposta que mereceu o acolhimento de todos os presentes.

- [Projeto de Lei n.º 500/XV/1.ª \(L\)](#) — Estabelece a criação de um valor convencional de referência para os rácios salariais nas empresas, foi designado relator o Senhor Deputado Jorge Gabriel Martins (PS). No que respeita a esta iniciativa legislativa, o Senhor Vice-Presidente colocou à consideração a decisão de promover a apreciação pública, uma vez que tinha objeto semelhante a outro projeto de lei – [Projeto de Lei n.º 483/XV/1.ª \(BE\)](#) — Determina a transparência de vencimentos e propõe o estabelecimento de leques salariais de referência como mecanismo de combate à desigualdade salarial – cuja deliberação da Comissão tinha ido no sentido de se dispensar a apreciação pública. O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) recordou que, na Legislatura anterior, se tinha seguido o entendimento de dispensar a apreciação pública quando não estivesse em causa a alteração da lei do trabalho, mesmo nos casos em que existisse regulação da atividade das empresas, logo que não envolvesse os direitos dos trabalhadores. Disse, ainda, que entendia que a Comissão devia ser coerente nas suas decisões e, havendo decisão anterior no sentido de dispensar a apreciação pública, lhe parecia não fazer sentido decidir de maneira diferente naquele momento. A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) manifestou o seu desacordo em relação à intervenção anterior, explicando que, embora não implicasse alterações diretas ao Código do Trabalho, a iniciativa legislativa visava matéria que contendia com a relação laboral, pelo que devia ser promovida a apreciação pública. O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) afirmando que era possível fazer a interpretação expressa pela Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), alertou para duas questões, a primeira relativa à existência de um precedente em sentido contrário, sendo que as decisões deviam nortear-se por critérios uniformes, e a segunda que se prendia com o facto de a maior parte das iniciativas que visavam regular a atividade das empresas, apreciadas na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, contenderem, em menor ou maior grau, com as relações laborais, pelo que, também nesses casos, devia passar a ser promovida a apreciação pública. Os Senhores



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 35/XV/ 1.ª SL

Deputados Sérgio Monte (PS) e Jorge Galveias (CH) manifestaram-se favoráveis à colocação da iniciativa em apreciação pública. Em nova intervenção, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) criticou os Grupos Parlamentares por terem alterado a sua posição, decidindo de forma diferente do que haviam feito em relação ao Projeto de Lei n.º 483/XV/1.ª (BE). A Senhora Deputada Emilia Cerqueira (PSD) referiu que a remuneração era um elemento essencial da relação laboral, pelo que não lhe suscitava dúvidas a pertinência de promover a apreciação pública, e deixou o repto para o GP do BE repensasse a necessidade de rever a decisão tomada quanto ao Projeto de Lei n.º 483/XV/1.ª e fosse essa iniciativa igualmente colocada em apreciação pública, sugestão que foi recusada pelo Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE). No final da discussão, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) acrescentou que os projetos de lei do L e do BE eram diferentes e, portanto, não via nenhum óbice a que fosse tomada uma decisão distinta da anterior, defendendo, inclusive, que a avaliação relativamente à necessidade de promover a apreciação pública devia ser casuística.

- [Projeto de Lei n.º 505/XV/1.ª \(CH\)](#) — Aumenta a transparência nos anúncios de emprego e nas remunerações, foi designado relator o Senhor Deputado Jorge Gabriel Martins (PS) e deliberado a colocação da iniciativa em apreciação pública.

Por último, o Senhor Vice-Presidente deu ainda nota de que havia baixado à Comissão, em conexão, o [Projeto de Lei n.º 501/XV/1.ª \(CH\)](#) — Reconhece a profissão de enfermeiro como de desgaste rápido e antecipa a idade de reforma, sendo competente em primeira linha a Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local.

3. Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição do *Senhor Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes*, sobre os vínculos precários dos formadores e formadoras do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a contratação de novas prestações de serviços no IEFP.

O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) apresentou o [requerimento](#), começando por contextualizar o processo de integração dos formadores do IEFP que, até 2017, se encontravam sem vínculo efetivo. Recordou que, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 35/XV/ 1.ª SL

(PREVPAP), foram emitidos muitos pareceres que determinavam que as funções exercidas pelos trabalhadores correspondiam a necessidades permanentes, contudo, o número de vagas aberto por concurso posterior não foi suficiente, dando nota de que foram integrados cerca de 500 profissionais, mas os restantes, ainda que com parecer positivo, ficaram sem colocação. Prosseguiu referindo que, em 2021, foram celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo incerto, aceites pelos trabalhadores que, colocados perante essa opção, preferiram assinar um contrato precário na expectativa que aquela fosse uma solução temporária, que viesse a abrir caminho para a efetivação do seu vínculo. Como tal não veio a ocorrer, explicou, ao mesmo tempo que se verificou um aumento na contratação por parte do IEFP de prestadores de serviços, disse considerar que deviam ser prestados esclarecimentos por parte do Governo, designadamente sobre este incremento de trabalhadores a recibos verdes e sobre a regularização do vínculo dos formadores que, no âmbito do PREVPAP, receberam parecer positivo.

O Senhor Deputado Sérgio Monte (PS) declarou que o seu Grupo Parlamentar votaria favoravelmente o requerimento apresentado e recordou algumas medidas que o Governo em funções, e os que o antecederam, haviam tomado no sentido de combater a precariedade laboral, desde logo, no âmbito do referido PREVPAP, a regularização de mais de 20000 vínculos na Administração Pública, tendo sido abertos 154 procedimentos concursais no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que permitiram integração de 2232 trabalhadores, dos quais 1200 eram formadores do IEFP. Relembrou, ainda, outras medidas, como o fim do regime de requalificação e mobilidade especial, a contratação de cerca de 75000 novos trabalhadores para a Administração Pública, a reposição das 35 horas semanais como período normal de trabalho, o descongelamento das carreiras e a promoção da contratação coletiva.

A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) informou que o respetivo Grupo Parlamentar acompanhava a iniciativa do BE, bem como as preocupações expressas na intervenção do Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE). Salientou, também, que o PREVPAP foi apresentado como um programa que iria resolver a situação dos vínculos precários na Administração Pública e que não só tal não se verificou, como tinha existido um aumento do número de trabalhadores nessas condições.

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 35/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP) anunciou que o GP do PCP votaria favoravelmente o requerimento, que foi, de seguida, colocado à votação e aprovado por unanimidade, na ausência do GP da IL.

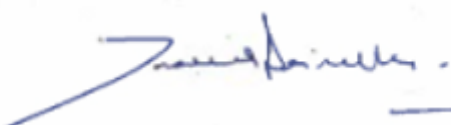
4. Outros assuntos.

Neste ponto, o Senhor Vice-Presidente informou que a Senhora Deputada Lina Lopes (PSD) tinha sido designada para a elaboração do relatório, a remeter à Comissão de Assuntos Europeu, sobre a [COM\(2022\)689](#) - Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que estabelece as normas aplicáveis aos organismos de promoção da igualdade nos domínios da igualdade de tratamento entre as pessoas sem distinção da origem racial ou étnica, da igualdade de tratamento no emprego e na atividade profissional entre as pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres em matéria de segurança social e no acesso a bens e serviços e seu fornecimento, e que suprime o artigo 13.º da Diretiva 2000/43/CE e o artigo 12.º da Diretiva 2004/113/CE;

A reunião foi encerrada às 12 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 1 de fevereiro de 2023.

A PRESIDENTE



(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 35/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Sérgio Monte (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Alfredo Maia (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Gabriela Fonseca (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Rui Cruz (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Rui Rocha (IL)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Isabel Meireles (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Mara Lagriminha Coelho (PS)